

UM ESTUDO SOBRE OS CURRÍCULOS PRATICADOS NA EDUCAÇÃO DE SURDOS: ENTRE A PRESCRIÇÃO E A EMANCIPAÇÃO

Danielle Aguiar Fini¹

RESUMO EM LIBRAS



RESUMO

Este artigo é parte da minha pesquisa de mestrado, vinculada ao Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – PPGEdU/UNIRIO, no qual foram investigados os currículos praticados por duas professoras dos anos iniciais do Instituto Nacional de Educação de Surdos e a partir daí examinou-se o problema do delineamento e implantação de políticas curriculares que buscam controlar/regular os conteúdos das escolas. A questão que orientou a pesquisa foi: como duas professoras têm trabalhado o currículo mediante as políticas curriculares vigentes hoje no Instituto Nacional de Educação de Surdos? Para responder a esta questão, optou-se por uma perspectiva qualitativa, com revisão bibliográfica e observação participante no Instituto envolvendo duas turmas, além de entrevistas semiestruturadas

¹ Mestrado no Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – PPGEdU/UNIRIO.

com duas professoras e a coordenadora pedagógica. O objetivo geral da pesquisa foi compreender como ocorriam os processos de criação e de desenvolvimentos dos currículos praticados em duas salas de aula dos anos iniciais. Os objetivos específicos consistiram em compreender quais são as políticas curriculares em vigência no INES, identificar as políticas curriculares em debate no campo da Educação e analisar as relações entre essas políticas e as práticas curriculares expressas nos conteúdos trabalhados em sala de aula. As conclusões apontaram para constantes tensões de perspectivas curriculares: uma prescritiva e outra baseada na valorização dos conhecimentos e questões que os estudantes traziam do seu cotidiano.

Palavras-chaves: Currículos praticados. Educação de Surdos. Anos iniciais.

INTRODUÇÃO

Este artigo propõe uma reflexão acerca de políticas curriculares que buscam regular as práticas curriculares nas escolas, expressas por conteúdos propostos nos documentos curriculares governamentais e das escolas. A pesquisa investigou como ocorriam os processos de criação e de desenvolvimento dos currículos praticados por duas professoras dos anos iniciais. Por meio da observação participante, de conversas informais e de entrevistas semiestruturadas do tipo conversas, buscou-se compreender a metodologia utilizada na sala de aula, a relação entre docentes e discentes, a organização da sala de aula, a organização dos horários, a estrutura da escola e das salas de aulas, os valores, os comportamentos e os conhecimentos considerados importantes. Além disso, foi investigado quem participava das escolhas dos conteúdos, os materiais didáticos utilizados, como eram feitas as avaliações, entre outros processos.

A pesquisa partilhou de uma concepção que ultrapassa a visão de que o currículo se reduz a um conjunto de conteúdos

abordados em sala de aula. O currículo envolve não apenas o que ensinar, mas por que ensinar, como ensinar, para quem ensinar, pois se liga a um projeto educativo que abrange o conjunto das práticas educativas. Como dizem Sacristán e Gómez (2007, p. 125),

(...) o estudo do currículo aborda os temas relacionados com a justificativa, a articulação, a realização e a comprovação do projeto educativo ao qual a atividade e os conteúdos do ensino servem. A sistematização de problemas e soluções que originam essas interrogações são preocupações didáticas, organizativas, sociais, políticas e filosóficas.

Portanto, o currículo não é neutro. Existe uma intenção nas escolhas dos conhecimentos a serem abordados em sala de aula, na forma como a escola e a sala são organizadas e estruturadas, como são organizados os horários, a metodologia escolhida e os materiais utilizados. Enfim, para compreender o currículo de uma escola é necessário observá-la e participar dela.

Os objetivos específicos da pesquisa buscaram compreender as políticas curriculares presentes no cotidiano do INES, compreender as políticas curriculares em debate no campo da educação e analisar as relações que se estabeleciam entre as políticas e as práticas expressas nos conteúdos trabalhados.

OS CURRÍCULOS PRATICADOS NO COTIDIANO ESCOLAR DO INES

A pesquisa de campo iniciou-se em junho de 2016 e seu término foi em dezembro de 2016. Por meio da observação participante, conversas informais com duas professoras (uma do 4º ano e a outra do 5º ano) e entrevistas semiestruturadas constatou-se que os processos de criação e de desenvolvimento dos currículos praticados ocorriam de forma complexa, numa constante mistura de perspectivas curriculares: uma prescritiva e outra emancipatória.

As professoras precisavam cumprir com o conteúdo proposto pelo planejamento de ensino (documento curricular em que constavam conteúdos e objetivos propostos), assim suas práticas curriculares poderiam ser vistas sob o ângulo da prescrição, porém

elas deslocavam suas práticas para o ângulo da emancipação em três situações distintas: (1) quando ultrapassavam a prescrição abordando conteúdos em que os estudantes demonstravam interesse em aprender, porém não constavam no planejamento de ensino. Por exemplo, no dia 7 de junho na turma do 4º ano, a professora Claudia² propôs uma atividade em que os estudantes teriam que fazer uma linha do tempo coletivamente e colocar os anos na ordem cronológica e os respectivos países em que as Olimpíadas foram sediadas naqueles anos. Durante a atividade, alguns estudantes estavam curiosos em saber a localização da China e da Oceania. Ao perceber a curiosidade de alguns, sugeri à professora que aproveitasse esse desejo deles e elaborasse uma atividade para que eles pudessem localizar no mapa os países onde já foram sediadas as Olimpíadas. A professora gostou da ideia, porém respondeu que não fazia parte do conteúdo programático do currículo prescrito do INES. Imediatamente falei que isso era bom, pois ela estaria ultrapassando o que o currículo escrito propõe e ela concordou (dados coletados do diário de campo); (2) quando conseguiam articular os conteúdos propostos com a realidade dos estudantes. Durante a entrevista, quando questionada sobre quais saberes considerava importantes, a professora Claudia respondeu:

mesmo seguindo o currículo, eu tento sempre atrelar o currículo a um pouco da vivência deles, né? Pra que tenha um... pra que a aprendizagem seja mais significativa, faça sentido, para que eles possam perceber a utilidade daquela aprendizagem, que não fique tão distante, porque às vezes para eles é um pouco difícil. (ENTREVISTA EM 17 DE OUTUBRO DE 2016)

Constata-se que a professora, mesmo seguindo os conteúdos propostos, tenta articulá-los com a realidade dos seus estudantes para que a aprendizagem não fique esvaziada de sentido e assim sua prática, que poderia ser vista sob o ângulo da prescrição, desloca-se para o ângulo da emancipação. A situação (3) é quando as professoras rompem totalmente com a prescrição, abordando temas de aulas trazidos pelos estudantes que não estão presentes nos

² Nome fictício por opção da autora para evitar constrangimentos.

documentos curriculares. Trago como exemplo o episódio em que o ex-governador do Rio de Janeiro, Anthony Garotinho foi preso, por meio da Operação Chequinho, em que foi investigado um esquema de compra de votos em Campos dos Gotaycazes: uma estudante do 5º ano, da turma da professora Amanda³, no dia 21 de novembro de 2016 chegou à sala de aula e me contou que viu na televisão um homem nervoso e gritando em uma maca sendo colocado numa ambulância. Eu a indaguei quem era esse homem. Ela me respondeu que ele já tinha sido governador do Rio de Janeiro anos atrás. Diante desse exemplo, levanto um questionamento: como não falar em política em sala de aula, se é um tema que se torna recorrente para os estudantes?

De acordo com o site Escola sem Partido (<http://www.escolasempartido.org/o-papel-do-governo-categoria/539-dia-historico-projeto-de-lei-que-institui-o-programa-escola-sem-partido-e-apresentado-na-camara-dos-deputados>), acessado em 26 de dezembro de 2016, o Projeto de Lei nº 867/2015 inclui o Programa Escola sem Partido e foi apresentado pelo deputado Izalci do PSDB. Esse projeto argumenta que docentes querem doutrinar politicamente e ideologicamente os estudantes, parecendo pretender que não sejam discutidas questões políticas nas escolas, para que os estudantes não saiam da zona de alienação.

Após me contar o que viu na televisão, a estudante contou o ocorrido também para a professora Amanda. Nesse momento, a professora estava corrigindo as atividades de casa e, quando terminou, pediu que a estudante explicasse para os outros estudantes o que ela viu na televisão. A estudante explicou para todos, e a professora perguntou para a turma se eles sabiam do que a Gabriela⁴ estava falando; alguns sabiam, outros não. Um dos estudantes disse que a polícia queria prender Anthony Garotinho, mas ele ficou doente e não pôde ser preso.

Diante da falta de conhecimento de alguns, a docente explicou quem era Anthony Garotinho e o porquê da polícia querer prendê-lo. Passou vídeos para eles assistirem sobre as manifestações que estavam sendo feitas no Rio de Janeiro, sobre o dia em que

³ Nome fictício por opção da autora para evitar constrangimentos.

⁴ Nome fictício por opção da autora para evitar constrangimentos.

Sérgio Cabral foi preso e o vídeo do momento em que Anthony Garotinho estava sendo colocado na ambulância para ser levado para o presídio (cena relatada por Gabriela). A professora também falou de Sérgio Cabral e um dos estudantes disse que estava preso em Bangu. A professora perguntou se eles sabiam por que ele estava preso, os estudantes não souberam explicar e a professora Amanda explicou que Sergio Cabral era suspeito de roubar dinheiro público, dinheiro que não pertencia a ele, e por isso estava sendo investigado. Assim, embora tivesse feito seu plano de aula, a professora rompeu totalmente com a prescrição pelo fato de uma estudante trazer um tema relevante e desconhecido de alguns; ela o transformou num tema de aula, levando ao acesso e à ampliação do conhecimento dos estudantes surdos.

Portanto, falar sobre questões políticas em sala de aula não significa doutrinar politicamente e ideologicamente, mas fazer com que os estudantes compreendam o contexto político e social em que vivem, para que possam opinar, para terem senso crítico em relação às informações que a mídia transmite e poderem discutir, argumentar e não apenas repetir a opinião dos outros e até mesmo das próprias mídias, pois penso como Freire (1989, p. 33) que “estudar não é o fácil, porque estudar é criar e recriar, e não repetir o que os outros dizem. Estudar é um dever revolucionário!” A questão política apresentada por Gabriela virou um tema de aula, que foi explicado e discutido, isso faz com que nós, professores, possamos superar a ideia de que temos que oferecer apenas conteúdos descritos no currículo de forma repetitiva, praticando uma Pedagogia arcaica. Sobre este tema, Paro (2011, p. 487) contribui com a seguinte reflexão:

o currículo da escola fundamental tem permanecido com a mesma configuração há muitas décadas, mantendo sua forma verbalista e restringindo seu conteúdo às disciplinas tradicionais, adstritas a conhecimentos e informações. A sociedade mudou, novos direitos políticos, civis e sociais foram alcançados ou entraram na pauta de reivindicações, mas a concepção de currículo e daquilo que é necessário para a formação humano-histórica dos cidadãos continua a mesma.

No INES, percebe-se que os conteúdos propostos pelo planejamento de ensino se restringem aos conhecimentos formais; cabe às docentes discutirem outros conhecimentos trazidos pelos estudantes ou questões e dúvidas que os estudantes surdos trazem. Por isso é importante abordar em sala de aula diferentes conhecimentos, pois quando nos prendemos aos conhecimentos das disciplinas tradicionais, tratamos todos os estudantes de forma padronizada e oferecemos um ensino focado apenas em uma lista de determinados conteúdos que podem desestimular os estudantes, por serem distantes de suas realidades. Logo, constata-se que a Base Nacional Comum, uma política pública bastante discutida no âmbito da Educação durante o andamento da pesquisa, poderia ser representada no cotidiano do INES por meio do Planejamento de Ensino, já que este documento curricular tinha um cunho obrigatório. Portanto, a relação que se estabelecia entre as políticas e as práticas curriculares expressas nos conteúdos trabalhados eram de regulação; por isso, alguns conteúdos abordados em sala de aula não faziam sentido para os estudantes, resultando em aulas expositivas e pouco atrativas. Durante a entrevista a professora Amanda do 5º ano disse:

Quando a gente tenta seguir o currículo... A gente acaba muitas vezes dando o conteúdo pelo conteúdo, porque tá no currículo e eu tenho que cumprir, mas talvez nos falte ou me falte, já que eu não posso falar pelo outro, entender o porquê. Pra quem eu ensino isso? Por que eu ensino isso? Porque esse conteúdo é hegemônico, tá em todas as escolas, mas vai beneficiar a quem? Talvez nos falte, enquanto grupo, pensar pra quê esse conteúdo serve e para quem ele serve? Por que esses conteúdos pro surdo? Por que não outros? Por que outros conteúdos não entram na escola? Não só nessa escola, porque a gente sabe que isso não é especificidade do currículo do INES. (ENTREVISTA EM 17 DE OUTUBRO DE 2016)

Percebe-se que a professora tem consciência de que alguns conteúdos propostos não são relevantes, porém é cobrada que o programa seja cumprido, assim sua prática pode ser vista pelo ângulo da prescrição.

Isso não significa que os conteúdos formais não sejam importantes e não devam mais ser abordados em sala de aula. São importantes, porém não são mais importantes do que os outros conhecimentos reduzidos a temas transversais pelos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), como, por exemplo, respeito ao próximo, ética, religião, violência, abuso sexual, pedofilia, gravidez na adolescência, doenças sexualmente transmissíveis, entre outros, pois são assuntos que podem fazer parte da realidade de uma determinada escola e precisam ser discutidos na sala de aula. De acordo com Gomes (2007, p.33)

A grande questão é: como o conhecimento escolar poderá contribuir para o pleno desenvolvimento humano dos sujeitos? Não se trata de negar a importância do conhecimento escolar, mas de abolir o equívoco histórico da escola e da educação de ter como foco prioritariamente os “conteúdos” e não os sujeitos do processo educativo. Discutir a diversidade no campo da ética significa rever posturas, valores, representações e preconceitos que permeiam a relação estabelecida com os alunos, a comunidade e demais profissionais da escola.

Portanto, historicamente as escolas priorizam uma Educação que foca apenas nos conteúdos, acreditando que estejam contribuindo para o desenvolvimento dos estudantes, baseados num ensino em que os professores os transmitam e os estudantes aprendam. Questões como a ética, respeito ao outro, valores e posturas são desconsiderados nesse processo, porém poderíamos pensar que para oferecer uma Educação que proporcione uma formação global, o foco do ensino desvia-se dos conteúdos para os estudantes. Assim, podemos trabalhar questões como a ética, o respeito ao outro e assuntos que fazem parte da realidade dos estudantes de maneira contextualizada e interdisciplinar e não abordando conteúdos que nem sempre atendem às especificidades dos estudantes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante de todos os dados levantados por meio da observação, das conversas informais e das entrevistas, constata-se que

mais importante que abordar conteúdos listados em um documento curricular é proporcionar o acesso aos conhecimentos e informações que fazem parte do nosso cotidiano, para que os estudantes surdos tenham acesso aos contextos social, econômico e político que os rodeiam. Devido à ausência de uma janela com intérprete de Libras nos canais televisivos e pelo fato da família de alguns estudantes surdos não saberem a Libras, esses ficam sem acesso às informações do nosso cotidiano. Por isso, o papel do professor que trabalha com estudantes surdos é maior que o do professor que trabalha com ouvintes, pois para que possamos estimular uma educação emancipatória é necessário proporcionar a abordagem dos diferentes conhecimentos em sala de aula, não apenas os conhecimentos formais, mas também os que fazem parte da realidade dos estudantes. Porém, com os estudantes surdos é preciso mais do que isso, é preciso oportunizar o acesso à informação, pois em alguns casos, o INES é o único espaço em que o sujeito surdo conversa, interage e troca conhecimentos.

Os conteúdos propostos pelo Planejamento de Ensino são importantes, porém esse precisaria ser flexível para se adequar às necessidades dos estudantes, pois sua cobrança resulta na apreensão das professoras com o cumprir o prescrito e com o engessamento curricular pois muitas vezes conhecimentos que não fazem sentido para os estudantes precisam ser apresentados em sala de aula. Para superar essa prescrição é necessário pensar em práticas que possam visibilizar os diferentes conhecimentos, proporcionando uma educação significativa, relevante e de qualidade para os sujeitos surdos, uma educação que estimule o senso crítico de modo que eles possam ter consciência do contexto político, social, econômico e cultural que eles vivem.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Projeto de lei nº 867, inclui o Programa Escola sem Partido. Disponível em: <<http://www.escolasempartido.org/o-papel-do-governo-categoria/539-dia-historico-projeto-de-lei-que-institui-o-programa-escola-sem-partido-e-apresentado-na-camara-dos-deputados>>. Acesso em: 26 dez. 2016.

FREIRE, P. *Educação como prática de liberdade*. 18. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

GOMES, N. L. *Indagações sobre currículo: diversidade e currículo*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2007.

PARO, V. H. O currículo do Ensino Fundamental como tema de política pública: a cultura como conteúdo central. *Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação*. Rio de Janeiro, v. 19, n. 72, p. 485-508, jul./set. 2011. ISSN 0104-4036.

SACRISTÁN, J. G.; GÓMEZ, A. I. Pérez. *Compreender e transformar o ensino*. São Paulo. 4. ed. Porto Alegre: Editora Artmed, 2007.